

# ESPAÑA-MARROCOS: O CRIME COMPENSA?

**No passado dia 12 de Julho tomaram posse os novos ministros do governo de Pedro Sánchez. Um dos ministérios objecto de mudança foi o dos Negócios Estrangeiros, onde a ministra Arancha González Laya foi substituída o que muitos órgãos da comunicação social de Espanha consideraram como uma cedência a Marrocos.**

No discurso de passagem de testemunho Laya reconheceu que deixa pendente a questão de «reestabelecer relações plenas com o nosso vizinho e parceiro Marrocos com base no respeito e na coresponsabilidade». Segundo o [jornal El Mundo](#), «A ministra lamentou "a pobreza e o vazio do debate político" e defendeu a sua trajectória de "serviço público". No final do seu discurso destacou que “tenho a certeza de que os nossos caminhos se cruzarão em breve”. É possível que a sua saída agora, depois de ter sido sacrificada pelo rompimento das relações diplomáticas com



Fig. 1: O novo MNE Albares Bueno (foto *El País*)

Rabat após a recepção em Espanha do líder da Frente POLISARIO, Brahim Ghali [em 18 de Abril passado], seja um posto internacional na Comissão Europeia ou na ONU.» Segundo o jornal, Sánchez recorreu agora «a um diplomata de carreira (...), que foi embaixador em Paris e também um homem muito próximo dele, que o acompanhou desde o início no PSOE e no Governo.»

Na verdade, o mal-estar nas relações hispano-marroquinas é anterior ao “caso Ghali”. O regime de Rabat tinha ficado incomodado com o pouco eco que a decisão do ex-presidente Trump de reconhecer a soberania marroquina sobre o Sahara Ocidental teve nos países da União Europeia, e particularmente na Alemanha, Espanha e França. Neste quadro, o acolhimento por razões de saúde do dirigente saharauí foi um mero pretexto, como o governo marroquino reconheceu publicamente.

O [EL CONFIDENCIAL SAHARAUI dá conta de uma entrevista](#) de González Laya ao jornal EL CORREO pouco tempo antes da sua substituição, onde esta lembra que «Pouquíssimas pessoas sabem que a Espanha continua a ter responsabilidades na antiga colónia. É uma situação curiosa, saímos mas não cedemos a soberania», acrescentando que «A nossa responsabilidade no Sahara é trabalhar de forma construtiva com as Nações Unidas com vista a chegar a uma solução definitiva para uma disputa que requer uma resposta da comunidade internacional.» E reconheceu: «Estas relações passam às vezes por momentos difíceis, e esta não é a primeira vez, mas devemos tentar superar a crise com diálogo e respeito mútuo. O século XXI não é um século de independências ou dependências, é um século de interdependências, e esta é uma questão complicada, que tem de ser superada.»

Mah Iahdih, delegado na Catalunha da Frente POLISARIO, faz um balanço positivo da acção da ex-ministra Laya: «Em qualquer caso, e apesar do seu início submisso e das suas repetidas tentativas

de agradecer e agradecer o poder marroquino, não há dúvida de que a Sra. Arancha González Laya pode ser descrita como a diplomata que mais defendeu a soberania, a honra, a dignidade e a integridade de Espanha desde Jaime de Piniés, o antigo representante nas Nações Unidas.» Recorde-se que Piniés, além de representante de Espanha na ONU durante muitos anos, escreveu um livro – LA DESCOLONIZACIÓN DEL SÁHARA, UN TEMA SIN CONCLUIR – no **lançamento do qual** «declarou que a Espanha tem uma dívida contraída com os saharauis e com a Frente POLISARIO.»

O novo MNE, José Manuel Albares Bueno, nasceu em Madrid em 1972, licenciou-se em Direito na Universidade de Deusto, uma escola jesuíta que se apresenta como «a mais antiga universidade privada de Espanha», e diplomou-se em Ciências Empresariais pela mesma universidade, após o que entrou na carreira diplomática. Do seu currículo constam ainda estudos em Boston (EUA), graças a uma bolsa que lhe deu depois acesso à escola norte-americana de Tânger (Marrocos). É casado com Hélène Davos, presentemente assessora jurídica do presidente francês Emmanuel Macron. Considerado um “homem de confiança” de Pedro Sánchez, foi nomeado em Fevereiro de 2020 embaixador de Espanha em Paris. Agora, na tomada de posse, ao enumerar as prioridades do seu ministério, sublinhou a necessidade de estreitar as relações com os países da margem sul do Mediterrâneo, «em particular, com o nosso grande amigo e vizinho Marrocos». Nesse dia o novo ministro recebeu da *Coordinadora Estatal de Asociaciones Solidarias con el Sáhara*, CEAS-Sahara, uma carta aberta onde lhe é lembrado:

«É bem sabido dos últimos governos de Espanha que Marrocos tem obstruído os esforços da ONU e do Conselho de Segurança para realizar o referendo acordado em 1991 – por falta de vontade, intransigência e inúmeros actos de provocação – para chegar a uma solução justa para um conflito que data de há mais de 46 anos e que não afecta apenas o povo saharauí e Marrocos, mas cujas terríveis consequências afectam também toda a região do Norte de África e o Magrebe, Espanha e, por conseguinte, a Europa.

«Os cidadãos do Estado espanhol exigem que peça a Marrocos o fim da brutal repressão contra a população saharauí nos Territórios Ocupados do Sahara Ocidental, permitindo o acesso dos meios de comunicação e de observadores internacionais.

«Pedimos também que exija a Marrocos que cumpra os compromissos assumidos com a Comunidade Internacional de descolonizar a antiga província espanhola, que respeite o direito à autodeterminação do povo saharauí reconhecido pelo direito internacional. É a única forma de tornar sustentáveis as nossas maltratadas e incómodas relações de vizinhança, face à contínua chantagem a que é submetido o Governo espanhol pelo seu homólogo marroquino. Os direitos humanos e a legalidade internacional não são moeda de troca.

«Como um primeiro passo para alcançar os direitos do povo saharauí, exigimos que sejam travadas as exportações de qualquer recurso natural do Sahara Ocidental, respeitando a decisão do Tribunal de Justiça Europeu que distingue claramente o território de Marrocos do Sahara Ocidental, que não está sob soberania marroquina, nunca esteve e nunca estará. Qualquer transacção comercial de recursos do Sahara Ocidental é ilegal de acordo com a jurisprudência europeia e os tratados internacionais assinados por Espanha. E, claro, pare de vender armas e material de guerra para possível uso contra os saharauís na guerra actual.»